

PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO

Exposição de motivos

Com a primeira medida visa-se assegurar o direito ao livre-arbítrio do cidadão com o intuito de diminuir, a médio e longo prazos, o tráfico e consumo de droga, controlados e regulados por uma entidade fiscalizadora, que passará pela criação de espaços próprios (de consumo, informação, prevenção...) e pela formação de pessoal especializado de acompanhamento. Pretender-se-á fazer um levantamento da população consumidora, de modo a poder, posteriormente, prestar ajuda, protecção, etc.

A segunda medida tem como objectivo principal a acumulação de capital nas empresas para um subsequente investimento nas políticas sociais ambientais, nomeadamente nas energias renováveis. A realização desse capital extra deverá passar por uma autonomia a nível energético, pela redução dos desperdícios de forma eficiente e eficaz. Deverá também ser delineada uma estratégia e planos de acção conforme a área de desenvolvimento de cada empresa em particular – tudo isto para que seja possível um investimento na medida referida e forma economicamente racional. A inovação e diferenciação dos produtos deverão ser os principais conceitos a aplicar de maneira a que hajam investidores dispostos a manter-se nas empresas em questão. Todo esse capital seria fortemente aplicado na manutenção dos sistemas que possibilitam todo o mecanismo das novas energias e principalmente nas referidas políticas sociais. Assim, a implementação de creches ou estímulos financeiros destinados ao pagamento das mesmas seria uma das principais evidências a destacar para promover o incentivo à natalidade. Pretende-se também a criação de espaços de lazer e/ou convívio. A execução do plano financeiro a nível da saúde centrar-se-ia em seguros de saúde para os trabalhadores activos e posteriormente na protecção dos trabalhadores seniores e num possível acompanhamento dos idosos após a reforma.

Medidas propostas:

1. Despenalização do consumo e comercialização de drogas leves, nomeadamente canabinóides.
2. Aumento da competitividade das empresas europeias face às empresas do Médio-Oriente.